

Capital paulista fica abaixo da média nacional no Ideb

Capital ocupa 18º lugar entre capitais nos anos iniciais do ensino básico

Da Redação

A cidade de São Paulo registrou desempenho inferior à média nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2025 para os anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal. Os dados, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apontam nota 5,8 para a capital paulista, enquanto a média brasileira alcançou 6,1. Com o resultado, São Paulo aparece na 18ª colocação entre as 27 capitais do país.

O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. O índice combina o desempenho dos estudantes em avaliações nacionais de língua portuguesa e matemática com os indicadores de fluxo escolar, como aprovação e permanência dos alunos nas escolas da capital paulista. Os resultados são

utilizados para acompanhar a evolução da aprendizagem e subsidiar políticas públicas voltadas à educação.

No ranking das capitais, Curitiba (PR) e Teresina (PI) registraram as maiores notas, ambas com 6,9. Na outra ponta, Natal (RN) apresentou o menor índice, com 4,8. A nota obtida pela capital paulista ficou um ponto acima da última colocada e abaixo de diversas capitais de diferentes regiões do país, como Recife, Fortaleza, Belo Horizonte, Vitória, Florianópolis, Goiânia e a cidade do Rio de Janeiro.

Além da posição no ranking, os resultados das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que compõem o Ideb, indicam também desempenho dos estudantes paulistanos abaixo da média nacional em língua portuguesa e matemática. De acordo com os dados divulgados pelo Inep, a diferença registrada nas duas disciplinas equivale, segundo especialis-



O Ideb é divulgado a cada dois anos e serve como referência para o monitoramento das metas de qualidade da educação

tas em avaliação educacional, a aproximadamente um ano de aprendizagem em relação à média de todo o país.

NÚMEROS DO MEC

Os números divulgados pelo MEC mostram avanço do Ideb em âmbito nacional. Em 2025, o índice apresentou crescimento nos anos iniciais, anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, alcançando os maiores valores da série histórica iniciada em 2005. Nos anos iniciais, a média nacional passou de 6,0 para 6,3 considerando as redes pública e privada. Na rede pública, o indicador evoluiu de 5,7 para 6,1.

Apesar da evolução observada nacionalmente no le-

vantamento, a capital paulista não acompanhou o mesmo ritmo de crescimento registrado em outras cidades. É por isso que o resultado reforça o desafio de elevar os níveis de aprendizagem na maior rede municipal de ensino do país, que é responsável por atender cerca de um milhão de estudantes em diferentes etapas da educação básica.

Após a divulgação dos indicadores, a administração municipal afirmou que trabalha em ações voltadas à melhoria da aprendizagem e da qualidade do ensino. Entre as iniciativas mencionadas pela gestão estão medidas para ampliar o acompanhamento do desempenho escolar, fortalecer programas pedagógicos

e implementar novos modelos de gestão em parte das unidades da rede municipal. Algumas dessas propostas têm sido alvo de questionamentos judiciais e de debates entre especialistas e entidades ligadas à educação.

O Ideb é divulgado a cada dois anos pelo MEC e serve como referência nacional para o monitoramento das metas de qualidade da educação estabelecidas pelo governo federal. Os resultados permitem comparar o desempenho de municípios, estados e redes de ensino ao longo do tempo, além de orientar a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria da aprendizagem e da permanência dos estudantes nas escolas.

Senival Moura é solto após decisão judicial

Da Redação

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou a soltura do vereador da capital paulista Senival Moura (PT), que estava preso temporariamente no âmbito da Operação Última Parada, investigação que apura um suposto esquema de lavagem de dinheiro relacionado ao Primeiro Comando da Capital (PCC). A decisão foi proferida em caráter liminar pela desembargadora Carla Rahal, da 11ª Câmara de Direito Criminal.

Na decisão, a magistrada entendeu que a prisão temporária havia ultrapassado o prazo legal, tornando a manutenção da medida incompatível com a legislação. Também avaliou que, até o momento, não foram apresentados elementos suficientes para justificar a conversão da prisão temporária em

prisão preventiva ou a adoção de outras medidas cautelares restritivas. Com isso, foi determinada a expedição imediata do alvará de soltura.

A decisão tem caráter provisório e ainda deverá ser analisada pelo colegiado da 11ª Câmara de Direito Criminal. Enquanto o mérito do habeas corpus não é julgado, permanece válida a ordem para que o parlamentar responda às investigações em liberdade.

Senival Moura foi preso durante a Operação Última Parada, que investiga a suposta infiltração do crime organizado no sistema de transporte coletivo da capital paulista. As apurações apontam que a empresa de ônibus Transunião teria sido utilizada para movimentação e ocultação de recursos de origem ilícita. Segundo os investigadores, o vereador exerceria



Vereador Senival Moura em discurso na Câmara de vereadores

influência sobre a administração financeira da concessionária, embora não figurasse formalmente no quadro societário da empresa. O parlamentar nega as acusações.

No fim de julho, a Justi-

ça havia prorrogado a prisão temporária por mais 30 dias, atendendo a pedido das autoridades responsáveis pela investigação, sob o entendimento de que ainda havia diligências consideradas essenciais para o

andamento do caso. A nova decisão, entretanto, reformou esse entendimento em caráter liminar ao reconhecer que a manutenção da custódia não atendia aos requisitos legais.

Após ser preso, Senival Moura solicitou afastamento do Partido dos Trabalhadores (PT), afirmando que a medida permitiria concentrar sua atuação na defesa e evitar impactos políticos para a legenda durante o andamento das investigações. A defesa sustenta que o vereador sempre esteve à disposição das autoridades e afirma que pretende demonstrar a licitude de seu patrimônio e a inexistência de vínculo com o PCC.

A investigação sobre a atuação da empresa de transporte e de outros envolvidos prossegue sob responsabilidade das autoridades competentes no assunto.